

A AUTONOMIA DOCENTE, O CORPO VIBRÁTIL ESSENCIAL PARA A EDUCAÇÃO POLÍTICA¹

Prof^a. Dr^a. Andressa Lacerda²

A imagem tridimensional da artista Gego, ao lado, sintetiza uma das possibilidades de pensar o corpo docente no mundo de hoje: fragilidade, conexão, transparência, tensão e os efeitos ópticos, o limite entre o uso do espaço e a tensão em se manter firme a tantas questões sociais (a imagem referida é uma estrutura metálica tridimensional Gego, 1988).

Ao pensar nesses tensionamentos e relacionar ao tema trazido pela mesa, lembrei de imediato da pergunta, que não é minha, é um questionamento do Florestan Fernandes que é: “quem educa o educador?” e antes de tentar respondê-la e pensar nas nossas práticas, torna-se inevitável colocar um pouco da minha trajetória. Logo, a proposta aqui é pensar como a autonomia docente colabora para a educação política.

No meu caso, estudei em colégio militar e fiz boa parte da minha vida estudantil em escola pública. Não era o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), mas o colégio que tinha as três forças armadas, para órfãos de militares (que não era o meu caso), e eu costumo dizer que eu aprendi nesse espaço tudo aquilo que eu não quero. Então, acho que eu fui a “fraquejada”, como andam dizendo por aí “a que não deu certo”, pois não almejei em nenhum momento a carreira militar. Foi bem importante que nesse espaço também convivi com pessoas muito diferentes, de classes sociais diferentes, além de filhos de militares, órfãos de militares e civis. Permitindo uma tolerância maior, uma empatia melhor com a dinâmica, com essas diferenças no mesmo espaço. E quando fui para a Universidade Federal Fluminense (UFF) esse universo de possibilidades se repetiu. Então, essa pergunta principal de quem educa o educador? Eu acho que ela vem dentro desse processo, carregando um pouco a nossa trajetória. Depois, de alguma forma, essa segunda pergunta que também não



Figura 1
Fonte: Gego, 1988.

¹ Adaptado da palestra de abertura do III Encontro da Licenciatura em Geografia, 3 ELG, PUC-Rio, abril de 2024.

² Professora adjunta do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - andressa.lacerda@gmail.com



é minha: “O conhecimento a quem e para que serve?” Que é do Maurício Tragtenberg, complementa essa primeira parte. Os dois são sociólogos, e são duas referências para mim.

A autonomia docente que foi meu objeto de estudo no doutorado, os meus devaneios e as minhas projeções, por onde tenho atuado na Geografia me faz passar por alguns autores libertários, pois penso que essa relação com a escola que eles trazem me deu uma certa liberdade no pensamento. Assim Paulo Freire, bell hooks, Florestan, o Maurício sendo o campo onde me encontro. Essas fontes foram importantes para chegar a uma contextualização. E também me pergunto, “mas quem é esse profissional da educação hoje?”, “quem é esse professor?”, “quem é que vai atuar dentro do magistério?” E para mim foi importante fazer essa contextualização, que é um pouco da minha geração.

Voltando um pouco a trajetória chego à universidade nos anos 2000 eu acho que um pouco dessas epistemologias que o Prof. Ivaldo comentou, elas começam a ser disseminadas. Foi nesta época que começo a entender direito quem e o que são os movimentos sociais, já que pós década de 1990 temos uma mudança muito forte com políticas de práticas neoliberais, principalmente de intervenção e de privatizações de algumas instituições. Além de situações trágicas como o massacre de Carajás, e uma nova estrutura no campo brasileiro. Todo esse rearranjo dos anos 90 eclodiu com experiências - e no meu caso um diferencial nessa trajetória – que foi surgimento do I Fórum Social Mundial. Já no primeiro período ao chegar na universidade o pessoal do diretório acadêmico me convida para o Encontro Nacional de Estudantes de Geografia, eu falei, “não sei nem o que é isso, e nem como vai ser?”. A resposta foi: “Vai ser lá em Porto Alegre e depois a gente vai ficar para o Fórum Social Mundial”. Era o primeiro FSM, e eu não sabia nem acampar. Desde então participei, junto com a CONEEG que é o Confederação de Entidades de Estudantes de Geografia, do encontro e da organização do Acampamento da Juventude. Naquele momento, alguns acontecimentos foram muito marcantes como Luíz Inácio, (Lula) sendo candidato à eleição e participando do Fórum. O prefeito de Santo André, Celso Daniel, assassinado. Discussões sobre a aceitação dos transgênicos na agricultura, a Argentina sofrendo crise econômica, e a conjuntura na América Latina se agravava. Era um momento bem caótico, e eu entendia pouco, e depois ainda tivemos a perda do Milton Santos. Naquele período, eu fazia ao mesmo tempo faculdade de comunicação e trabalhava em shopping como vendedora, então chegar ao Fórum Social Mundial e conhecer a América Latina foi uma verdadeira ruptura. Dessa forma, para quem participou e estava na universidade pública ainda se entendendo na redemocratização, compreender o que era o Fórum Social não foi tarefa fácil, foi tudo muito corrido.

Quando vimos já era a segunda organização do FSM, lá tive a oportunidade de participar do Movimento Atingidos por Barragens (MAB), do movimento junto com o Movimento Sem Terra, e com projetos mais autônomos como os caracóis zapatistas. Então, nesse sentido eu acho que o Fórum foi muito importante na minha formação política para entender um pouco também de partes da minha geração e dessa trajetória.

Depois dessa experiência, já formada, faço referência, em 2013 do movimento pelo Passe Livre, de onde vem os questionamentos de direito à cidade, a circulação de pessoas, protestando o valor das passagens no Rio de Janeiro, ali também frequentava as assembleias populares. A ideia era mesmo de organização das assembleias públicas com pessoas de origens aleatórias (que era uma experiência de alguma forma que só havia vivido dentro do FSM). Logo depois, seguem também os movimentos contra o processo de gentrificação da área portuária no período das olimpíadas. Logo, penso que todos esses movimentos apontam outras formas de se fazer política. Entendendo que uma coisa é participar politicamente dentro do movimento estudantil, outra coisa é atuar dentro do movimento sindical. Vejo a importância

de se entender essa contextualização para poder entender quem são esses profissionais de educação, como eles foram formados, como é que a gente se torna professor/a.

Um outro fato importante nessa formação foi protagonizado pelo movimento estudantil, os “Ocupas”, como eram chamados, pois de 2013 a 2016 muita coisa aconteceu na educação até a gente chegar em 2018 – nos extremos da bipolaridade - tudo o que vimos foram também movimentos políticos. Considerando que houve muita educação política sendo feita na rua.

A experiência de se deparar com as divergências de pensamento político e ter que trabalhar juntos ao mesmo tempo é um eterno exercício de se entender e respeitar. No meu caso, acabei visitando oito ou nove escolas com o grupo que participava na época, que era o Núcleo de Estudos Pró-Federação de Educação Libertária. E fizemos algumas atividades em algumas escolas. Podendo aprender como eram as ocupações, e foi muito pedagógico. Principalmente após saber de denúncias de alimentos vencidos para a merenda escolar, além de uma sala cheia de livros que eles não tinham acesso. Foi necessário se auto-organizarem, para limpar a escola, para fazer toda a limpeza. Além disso acabaram se deparando com uma divisão de gênero muito forte nas ocupações: quem ficava na cozinha, limpava, quem ficava jogando bola e fazia o contato com os jornalistas. Gerando algumas disparidades na organização, de forma que as assembleias autogestionadas foram essenciais para o movimento o que recordava muito os ocorridos em 2013. Logo, esses acontecimentos foram vitais para a formação dos professores e dos alunos.



Figura 2: Escola Estadual Chico Anysio durante a ocupação (Tijuca/RJ)
Figura 3: Escola Estadual Amaro Cavalcante durante a ocupação (Catete/RJ)
Figura 4: reivindicações da Escola Estadual Paulo de Frontin (Rio Comprido/RJ)
Fonte: autoria própria

Como podemos ver nas fotos abaixo de duas falas que representam bem: a da esquerda são os alunos da ocupação com uma carta para os professores que não estavam apoiando a ocupação. Retrato do que encontramos no Meier, uma das principais escolas do bairro que forma para o antigo normal.

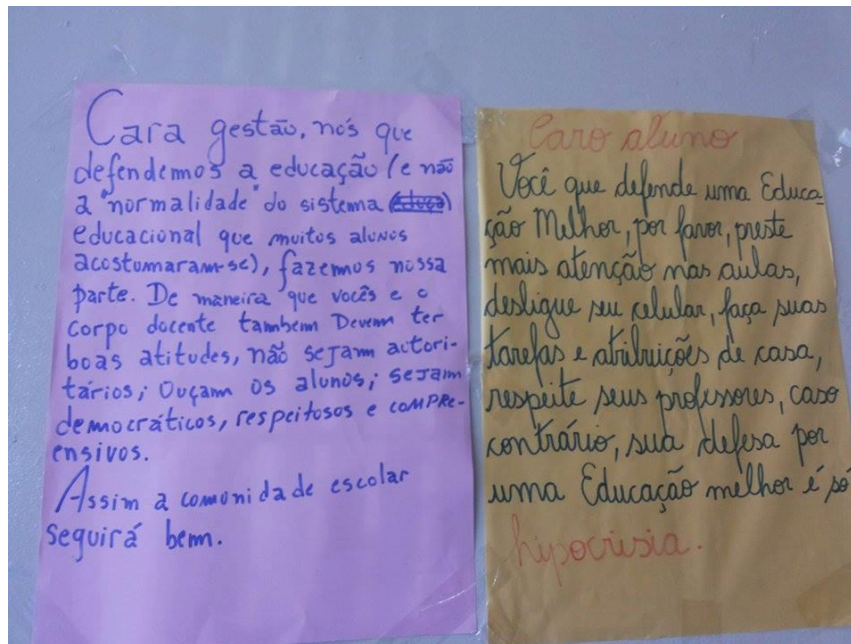


Figura 5: carta dos alunos aos professores Escola Estadual Emygdio Barros(SP)
Fonte: Coletivo de estudantes O Mal Educado (rede social)

E a foto da esquerda falava como eles pediam para a colar entender a ocupação através da melhoria na educação se escutassem os alunos, e a foto da direita um cartaz dos professores indicando que os alunos estavam sendo hipócritas pois o comportamento dos alunos não eram os dos melhores antes da ocupação. Nas ocupações, existia muita briga entre quem são esses professores e quem são esses alunos que estão ocupando. O que nos leva a retomar o texto do Florestan e o Maurício que perguntam do que a gente quer com a educação e para quem? Logo, considero as ocupações foram um momento de ebulição política, de muita relevância.

Dentro desse contexto, uma coisa que sempre me intrigou, foi estudar o que é autonomia e o que o professor entende por sua autonomia docente. Desde então, acabei fazendo um mergulho para compreender quem é esse professor - que também é um intelectual - mas o professor, às vezes, que quer se ver como um intelectual e às vezes se entende como educador. Existem outras situações políticas que nos atravessam enquanto profissionais que são projetos políticos (quando a gente fala de BNCC, de novo Ensino Médio, PCN) que acabam intervindo diretamente na autonomia do professor e no espaço escolar.

Logo, tais exemplos me levaram a relacionar a quantidade de situações as quais os professores passam e neste momento peço licença para repetir um slide que já exibi em um outro seminário, que vocês conhecem como “o Power point do processo do Lula”. Apontando ao centro do slide, ao invés do Lula, o professor como objeto da precarização, recebendo todos esses círculos que estão em volta (que irei explicar a seguir).



Figura 6: O professor como objeto de precarização
Fonte: autoria própria

Voltando as perguntas iniciais, quem é esse professor? como é que educa esse professor que não tem tempo para nada? que não tem plano de carreira? que tem turma lotada; que a escola não possui infraestrutura, não tem ar-condicionado, não tinha se quer porta nas salas e nem janelas para você fechar acusticamente. Gerando o adoecimento precoce de muitos professores da rede pública.

E como é a disponibilidade do professor de ter que trabalhar em muitas escolas para um salário digno, sem ter acesso a uma cidade com mobilidade. Sem contar com a existente política de responsabilização do professor que acaba sendo o responsável pelo sucesso acadêmico de muitos alunos, por muitos posicionamentos e situações em sala e fora dela. Então, a responsabilização vem também não só com as avaliações. E esta precisa estar muito bem para poder responder a essas situações.

Dessa forma, não existe a saúde mental que resista! Este tema, é algo recente para o docente, que passamos a pensar, principalmente, depois da pandemia, mas na verdade ele vem junto com projetos de escolarização que não acompanhou a qualidade necessária para atender as grandes cidades. O trabalho hoje, triplicou, e quando a gente vê a quantidade de respostas que precisamos encaminhar pelas redes sociais (são muitos e-mails, recados, vídeos, aulas e reuniões online, materiais virtuais). A vida online continuou no mesmo ritmo para o trabalho presencial pois aprendemos a fazer novas tarefas e as mantivemos. Além disso, a medicalização de boa parte dos colegas e dos alunos deve trazer felicidade as empresas farmacêuticas. A normalização da medicalização se dá desde a sala dos professores às reuniões. E passamos a comprar mais remédios e aceitar os salários defasados. Principalmente os servidores do estado do Rio de Janeiro. A matrícula dos servidores é semelhante a uma bolsa na graduação. No caso, uma matrícula de um professor



ela paga o valor de uma bolsa. Dessa forma, quem se interessa em ser professor? Esse mesmo professor tem que pegar muitas Gratificações por Lotação Prioritária (GLP), ele precisa trabalhar em muitos outros trabalhos e não vai ter tempo para pensar em determinados projetos e planos de estudos.

Não podemos esquecer também da violência nas escolas. Trabalhei em uma escola com quase mil e quinhentos alunos. Eram situações muito difíceis. Até o BOPE (Batalhão de Operações Especiais) bateu na minha porta da sala de aula a procura de um traficante dentro da escola. Então, como é que você pensa enquanto professor? O que é a geografia que está ali? Como é que a gente pensa o magistério nesse momento?

Se nós estamos na resistência de se manter em sala de aula muitos alunos estão na resistência da sobrevivência na cidade, além de violência verbal, psicológica, física se faz presente todos os dias pelos corredores da escola. Existe uma forte precarização e desvalorização dos professores, visto que a educação com qualidade não é para todos, é para alguns, para uma parcela da população.

Em seguida, eu volto então de o porquê estudar autonomia docente? Por que essa questão? E uma resposta objetiva é: ninguém quer defender uma heteronomia. Não existe projeto para se defender dependência. Quando eu perguntava aos professores: “você tem autonomia docente?” Todo mundo falava “sim, eu tenho”, era difícil encontrar a resposta: “não, eu não tenho”. Principalmente porque a relação de autonomia está muito voltada para a ideia de liberdade. As pessoas não querem estar atreladas a uma profissão a qual não possuem liberdade de pensamento de realização de atividades. Dessa forma, questionar qual era a autonomia que estávamos falando se tornou o foco da investigação. Assim, um professor pode se sentir muito mais livre dentro da rede municipal com toda a precariedade que existe, do que, por exemplo, dentro da Uerj, o qual precisa seguir um cronograma específico para os alunos poderem fazer estágio, seguir um cronograma desde a primeira aula já com uns seis meses planejados, às vezes, aula a aula para os alunos saberem que tema eles vão realizar a regência ou mesmo de escolas que fazem prova única logo, todos os professores precisam seguir o mesmo conteúdo.

Uma das questões verificadas é que existem muitas situações que limitam ou expandem a noção de autonomia docente no espaço escolar; fiz a minha pesquisa no próprio CAp Uerj, com os professores. Acabei pesquisando cinco áreas diferentes. Um dos critérios que estabeleci era procurar entender o que eles compreendiam por autonomia, a hipótese era a ideia de que a autonomia era o seu “corpo vibrátil”, termo trabalhado por Suely Rolnik (2019) baseada no trabalho de Lygia Clark (1963). A minha hipótese era: “a autonomia do professor é o “corpo vibrátil” que sustenta ele no espaço escolar? Dentro sala de aula?” E nesse sentido, a minha proposta foi elaborar esses mapas, essas grafias que eu acabei criando no entendimento de como a gente pode pensar esse professor que está dentro daquela conjuntura política, principalmente, esses que acabaram de ser formados, ou como os que já se formaram. Para isso precisei mergulhar um pouco na filosofia, psicologia, da geografia, mas com a interseção; e também para a Arte, para poder entender esses movimentos docentes.

O corpo vibrátil pode ser entendido como um espaço da emoção, “um saber intensivo, distinto dos conhecimentos sensível e racional próprios do sujeito” (Rolnik, 2019, p. 54). Então, dessa forma que procurei trabalhar com a ideia de autonomia. Ao realizar as entrevistas a maioria apontou para uma forma de pensar a autonomia de forma relacional e coletiva. Procurei autores que poderiam me ajudar e quem era que pensava sobre autonomia. E foi



através dos autores libertários que encontrei conforto já que a educação para eles já é uma proposta de ação direta.

Quando me refiro a esse termo “ação direta” está relacionado principalmente a proposta de Tostoi teve seu projeto de educação voltado para uma proposta libertária, a Paideia, que sempre teve diálogo com o geógrafo Élisée Reclus, como também o projeto de Ferrer y Guardia que apontavam outras formas de se pensar a educação. Dessa forma, utilizei esses libertários pouco conhecidos por suas propostas educacionais e esquecidos tanto pela pedagogia quanto pela geografia pois acredito que eles têm boas contribuições à geografia e a educação. De alguma forma, foi necessário esse caminhar para compreender melhor o pensamento libertário na educação, incorporando também outros autores como Silvio Gallo, o Paulo Freire e a bell hooks, além de Cornelius Castoriadis para pensar nessa autonomia relacional. As entrevistas geraram cinco mapas dessa autonomia, através do que a gente vem chamando de uma cartografia da fala, uma Geografia da escuta, que é de alguma forma, na perspectiva de escutar esses sujeitos encontrarem esses movimentos.

As cartografias geradas com os docentes apresentam esses lugares que são atravessados por experiências, como diria Juliana Dias, geopsíquicas. Ao centro, as palavras sínteses são como eles definem a autonomia docente, lembra um pouco a ideia de “mapas mentais” técnica utilizada para reforçar imagens e simbolismos, no entanto, a proposta não é memorização de um objeto de estudo, mas procura da forças simbólicas as linhas que atravessam.

De alguma forma foi essa reflexão que me levou a pensar se não é pelo ato de criar, de dar o primeiro passo mesmo ao longo de um processo que se observa a autonomia. Em vista que ele só se constrói com a ajuda do expectador. Ao perguntar como os professores entendem essa autonomia, ao entender como é que eles atuam dentro das escolas, e quais são suas escolhas políticas.

Um outro exemplo utilizado a pensar as construções e ideias dessa autonomia foi a fita de Moebius (utilizada na matemática), foi utilizada por Ligia Clark na sua obra “caminhando”. Ela transfere para o expectador o ato de começar a cortar uma fita e quando você corta você nunca chega ao mesmo final, ao mesmo tempo que você constrói, você deixa alguma coisa, se constrói aquele caminho. Convocando o corpo vibrátil a participar; é no ato que se constrói a vida.

Apontar os caminhos tomados e os motivos que levaram a essas escolhas nos permite a entender a autonomia com esse processo. Como se gera esse fluxo político, como é que se constrói uma educação de fluxo contínuo? Baseada nas sucessivas convocações do corpo vibrátil?

Como esse professor tenta escolher caminhos para a construção do currículo e do seu cotidiano, porque de alguma forma existe uma reverberação do trabalho dele. Só essa questão produziria uma outra pesquisa, mas, retomando, a ideia de pensar como é que tais escolhas permitem a criação de fluxos; como a formação política do professor é recebida pelos alunos - mesmos sabendo que não acontecerá no mesmo sentido em determinados alunos - ao mesmo tempo que a gente vê alguns movimentos que já são resultado de uma nova geração formada no magistério que promove pressão política; como por exemplo a mudança de currículo, concursos e o questionamento de bibliografias.

Os alunos, começaram a reivindicar bibliografia, principalmente porque, às vezes, são bibliografias pautadas e já georreferenciadas na branquitude. A formação é pautada no hemisfério norte com pessoas brancas, poucas mulheres, então a começamos a ter uma



abertura de questionar quem são essas bibliografias, de que forma a gente pode mudar também essa formação em geografia. Outro exemplo tem ocorrido com a extensão da política de cotas para as pós-graduações, da política de permanência. É muito importante que não é só pensar, mas realizar, mudar o currículo, criar vagas e realizar a mudança.

Quando me refiro a políticas de assistência ao estudantil por exemplo, a UERJ ela é uma conhecida como uma das pioneiras, desde 2003, na política de cotas. Ela está dentro de um movimento. Quando cheguei a UERJ, por exemplo, em 2015, e não havia por exemplo, muita mudança no currículo: não existe disciplina de América Latina, África de forma sistematizada e aprofundada; não existe disciplina de gênero. Não tem quase estudo, por exemplo, da lei 10639. Apenas a existência de algumas eletivas, o que me surpreendi com a informação. De forma que o discente precisa ter suporte para continuidade nos seus estudos para concorrer aos cargos e concursos de forma mais igualitária. Isso comprova um pouco esse movimento que aconteceu que foi importante para a gente repensar refletiu no caso do CAP UERJ, que apenas em 2013 se inicia no processo. Foram dez anos depois da graduação que o concurso do CAP abre vagas para os cotistas, isso tudo reflete no nosso trabalho, no sentido de quem são os alunos que estudam também de quem ensina.

Hoje, ao disputar currículo estamos falando de disputa de território, disputa por discursos e recursos. Já temos também grupos de saúde mental; grupos que pensam a política de permanência na universidade, grupos que pensam a maternidade e parentalidade durante a formação. Uma das professoras entrevistadas na tese, foi uma das primeiras cotistas e ela comenta que no início as pessoas acreditavam que os cotistas iriam fazer a qualidade cair. E já tem inúmeras pesquisas que mostram exatamente o contrário. O que demonstra a importância desse movimento.

E isso de alguma forma gerou o fluxo. Ela de aluna passa a professora, e hoje tem uma ideia de professor curador a ideia do curador de Arte, ou do docente como professor curador, podendo mudar o currículo através das experiências enfrentadas. Durante a entrevista aponta que a autonomia dela se baseia muito na ideia de “como se escolhe os conteúdos em que eu penso que vai fazer sentido para aquele aluno”. Tem um ponto muito interessante e uma das coisas que ela falou que chocou a experiência dela enquanto professora foram duas situações de violência no Rio de Janeiro: o assassinato em Costa Barros: 80 tiros no carro, não sei se lembram do músico assassinado? E em Guadalupe, onde amigos que saíram do baile e foram metralhados. E logo depois as crianças trouxeram isso para sala de aula. A proposta dela foi trabalhar a ideia do medo baseado no livro de Maya Angelou (2018). Na sua prática ela perguntava para as crianças do fundamental 1, do que eles tinham medo? E uma das coisas que eles falaram: “eu tenho medo de meus pais serem mortos como eu vi na televisão”. Assim a aula foi atravessada por essa urgência urbana (principalmente, aqui no Rio de Janeiro se torna constante tais atravessamentos). Na fala da professora: “Eu sou a professora que consigo ter mobilidade de escolher o que será que eu vou trabalhar, e a minha autonomia está aí. A minha liberdade e a minha autonomia docente. Ela se encontra nesse espaço”. É sempre, então, uma lógica de resistência dentro dessa linha de onde a gente consegue alcançar, ou não, mas todo mundo de alguma forma trabalha com os limites de liberdade. É onde se encontra espaço, ou não para fazer. Sendo assim, cada escolha e ação rebate aos alunos de alguma forma, como um rizoma mesmo.

Outra perspectiva é a dimensão multiterritorial dos docentes, cada um possui suas referências, e trajetória que implicam e posturas e opções que verbera essa autonomia. Quais são as subjetividades em que este entende o que viveu enquanto professor (a), enquanto aluno (a)? Como é que vai passar por aquelas experiências de escola? Então, isso, é o que gera um pouco desse fluxo. O projeto pode ser coletivo, mas, as atitudes são individuais. E é



muito difícil quando se depara, às vezes, com esse embate entre o professor precarizado e o professor pesquisador: quem é o professor que consegue fazer toda essa influência dentro da escola para os alunos, dentro de um espaço escolar? E aí, a gente precisa entender e procurar essas formas transgressoras. Seja pelo currículo, pela militância ou pela arte.

Dentro dessa proposta de cartografia, alguns vão chamar, de contra-cartografia, mas eu tenho pensado também que essa negação pode não ajudar a contribuir a este novo momento da cartografia. Penso que não precisa negar, mas talvez assumir que existam essas Cartografias, mas de fato são cartografias mais ativas. Na verdade, é uma, é uma ideia de um ativismo cartográfico, próximo a uma cartografia social, por exemplo, com o objetivo de se ter novos conhecimentos dos sujeitos.

Tenho acompanhado esses trabalhos. Existem já alguns movimentos assim não só na América Latina. Como o coletivo Orangotango que realizou o livro "It's not an atlas" - isso não é um atlas. E eles trazem todas essas formas de Cartografia que são focadas, então em outros sujeitos. E realizei alguns desses mapas dentro das Ocupações de 2016, tentamos pedir para os alunos que ocuparam para que eles fizessem um mapa, por exemplo, da escola, pensando nesses novos territórios conquistados por eles. Era muito interessante, porque a sala dos professores era o primeiro lugar que eles queriam ocupar. Então, em vez deles colocarem no centro a quadra onde eles jogavam futebol, onde eles se divertiam, o centro era a sala dos professores. As falas eram: "ah, a gente conquistou esse lugar também", "a gente conquistou o refeitório". Esses mapas colaborativos apontavam uma nova organização espacial e nos indicavam alguns conflitos já existentes. No período da greve de 2013 a também mapeamos o movimento de greve, e foi muito importante para gerar a visibilidade do movimento grevista. De alguma forma foi um ativismo nosso coletivo de se entender dentro desse processo enquanto professor de Geografia, utilizando a Cartografia também para esse recurso. Então, hoje encontramos mais essas ideias de uma contra Cartografia que não utiliza mais essa maneira clássica ou a utiliza enquanto recurso. Trabalhos recentemente defendidos na UFF como os do Bronzi (2022), da Ana Carolina Barbosa (2023), são bons exemplos desse novo momento. E nas Artes já se trabalha há muito mais tempo nessa interseção e a impressão que na geografia brasileira ainda nos vemos como espectador.

A ideia do Google *My Maps*, permite que o usuário faça a construção do seu próprio mapa pelo aplicativo como os indígenas, quilombolas, caiçaras conseguem ter uma visão maior de sua luta permitindo visibilidade a questões pouco trabalhadas. Outro coletivo que traz boas experiências são os iconoclastas, da Argentina. E possuem oficinas e propõem formas de pensar os mapas e essa Cartografia de uma forma mais ativa.

Ainda vejo muito os geógrafos preocupados em definir se o objeto de estudo é ou não geografia. E penso que isso limita muito as possibilidades de pesquisas. Não vejo a mesma preocupação em outras áreas. De alguma forma, as referências que me orientaram me deram bastante liberdade. Cada vez mais eu tenho encontrado artistas que trabalham com a Cartografia e como é que, na verdade, eles conseguem mostrar esses ativismos através das suas obras. E aí, a tentativa de se fazer em sala de aula e aí já vem um pouco dessas conversas, desses diálogos. Selecionei alguns trabalhos, que pude conhecer que trabalham nessa interseção geografia e arte, como por exemplo, esses são dois mapas a seguir que realizei com turmas do sexto ano. O mapa da direita foi um pouco baseado no trabalho dos iconoclastas. A ideia era a realização de entrevistas com a escola (e a gente tinha acabado de mudar de sede). O CAp tinha um problema, chegou a funcionar em uma unidade de saúde, a própria Uerj, um prédio do estado, e conseguiu esse prédio novo. Então, foi um momento que eles chegaram à escola e eu pedi, então, para eles entenderem como os alunos estavam

compreendendo aquele espaço, e eles realizaram esse mapa através dos sentidos, odores, visões, afetos, desafetos o que eles pensavam daquele espaço, naquele momento.

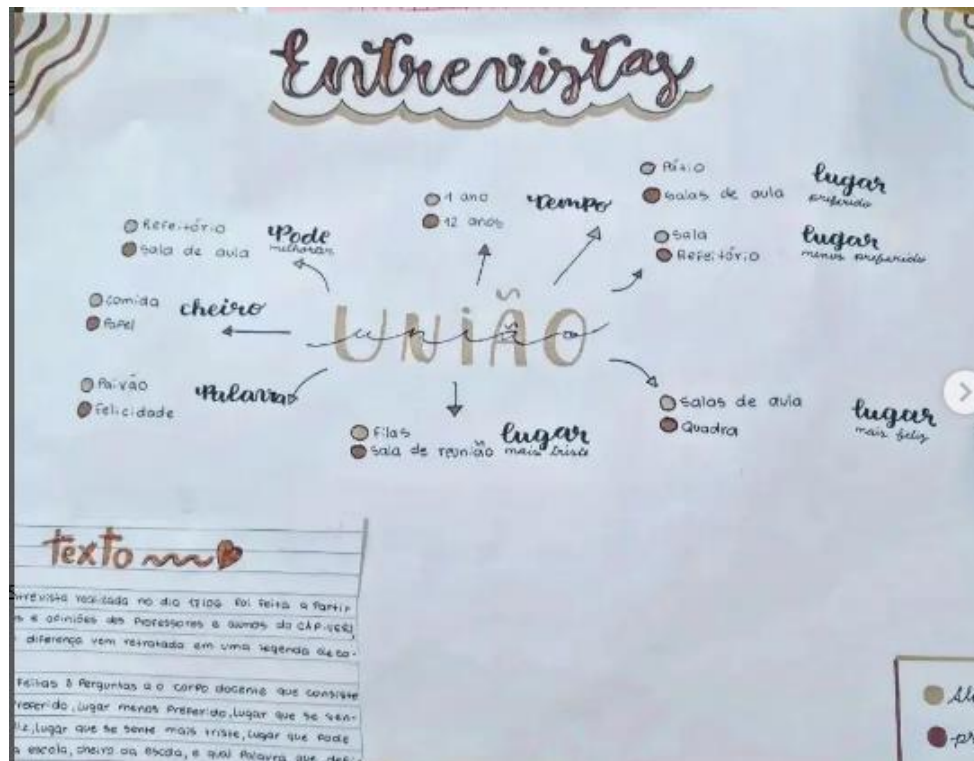


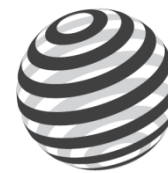
Figura 7: Trabalho realizado com alunos do 6ºano 2022

Fonte: autoria própria

Existem outras experiências como as propostas da professora geografia Yasmim Mello, que trabalhou com a ideia de uma bacia hidrográfica para expressar a linha da vida, a proposta era tentar pensar nos sentimentos, se a gente pensasse na nossa vida como um fluxo do rio como é que a gente poderia associar esses elementos? quem são esses sujeitos, como é que eles estão chegando, como é que a gente pode pensar essas outras atividades.

Para finalizar, voltando a pergunta inicial lá do Maurício e do Florestan de quem educa o educador? Podemos entender agora toda essa complexidade. De que o movimento é constante de educação política do professor. Defendo muito que as escolas são territórios ativos, e territórios são ocupados por pessoas que vêm de lugares muito diferentes, que tem suas subjetividades cruzadas ali, e em todo o tempo a gente está ali pensando politicamente. Então, não tem como a gente dissociar essas coisas, como é que a gente gera esse fluxo? Como é que a gente pensa na formação de professores?

Dentro dessa lógica de reconhecer esses novos sujeitos, eu acho que quando a gente já vê um aluno na graduação conseguindo fazer uma monografia, fazendo outros trabalhos em como já temos, de uma Cartografia trans, já estamos falando de outras possibilidades. Eu acho muito importante forte o que temos dentro do espaço escolar, e não é fácil. Não é fácil no hemisfério sul não é fácil no Rio de Janeiro. Fico pensando, no momento



em que a gente podia estar pesquisando estudando, a gente tem que lidar com adversidades inúmeras, e isso faz um diferencial para gente. É o tempo inteiro, sendo atravessadas por questões políticas e sociais. O crescimento por exemplo de alunos com diagnósticos reconhecidos talvez porque o que tem acontecido, não é só um estudo melhor sobre essas situações, e então conhecemos mais um pouco desses casos; e uma outra situação é que as matrículas vão principalmente para a rede pública. Então, essas crianças estão na rede pública e precisamos elaborar materiais para esta socialização, e às vezes, com problema de violência urbana, que você está com uma turma de 50 alunos e, de repente, você tem mais dez alunos com necessidades especiais sem nenhum suporte. Dessa forma, precisamos elaborar melhor os conteúdos e ter tempo para atender com qualidade todas as necessidades. São muitas situações muito difíceis, pois precisamos ter olhares atentos aos comportamentos. O educador está o tempo todo exposto a pensar a política e educar exige um processo contínuo de escuta, de replanejamentos, de trabalho coletivo. E a autonomia decente é essencial para o corpo docente ser tensionado a agir. Não há educação política sem processo político, sem aprofundamento, organização e coletividade.

Bibliografia Referenciada

- CASTORIADIS, C.A Instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1982.
- CARNEIRO. Sueli. Dispositivo de Racialidade. Rio de Janeiro: Zahar,2023
- CODELLO, F. Mikhail Bakunin: a educação como paixão e revolta. Uma pedagogia libertária. In: A Boa Educação: Experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwina Neill. São Paulo: Ed. Imaginário, 2007.
- DIAS. Juliana Maddalena Trifilio. Lugar Geopsíquico: onde a psicanálise e a Geografia se encontram. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2022.
- FERNANDES, Florestan. A Formação política e o trabalho do Professor. Marília: Ed. Lutas Anticapital, 2019, p. 61.
- GALLO, Silvio. Pedagogia do risco: experiências anarquistas em educação. Campinas-SP:Papirus, 1995.
- GEGO. Chorro Reticulárea [Jorro Reticulárea], 1988, coleção Mercantil, Caracas, Venezuela. <https://dasartes.com.br/materias/gego/>
- HOOKS. bell. Ensinando a Comunidade -Uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.
- HOOKS. bell. Ensinando o Pensamento Crítico. São Paulo: Ed. Elefante, 2020.
- HOOKS. bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- LACERDA, A. Cartografia da autonomia docente: entre linhas insurgente, construtora, antirracista, escuta e ubuntu. Niterói, RJ 2023.
- ROCHA. B. UMA [CONTRA] CARTOGRAFIA TRANSVIADA DA UFF.2022.
- ROLNIK, S. Cartografia Sentimental. São Paulo: Ed. Sulina, 2016.
- TRAGTENBERG, Maurício. Sobre educação, política e sindicalismo – 3ª edição

